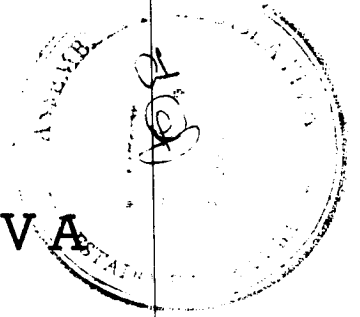




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



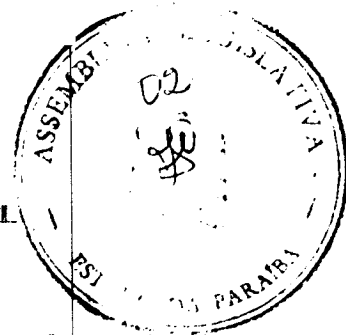
JOÃO PESSOA, - Pb.

Distribuição

PROJETO DE LEI Nº 203/91.

DO DEPUTADO ALVARO GAUDENCIO NETO - Dispõe sobre a atualização automática de salários atrasados de Servidores Públicos e dá outras providências.

ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio



PROJETO DE LEI No. 203 / 91
(Do Dep. ALVARO GAUDENCIO NETO)

Recebido em Plenário

Em 12/12/1991

PRESIDENTE

Dispõe sobre a atualização automática de salários atrasados de servidores públicos e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decreta:

Art. 1o. - O pagamento da remuneração dos servidores públicos estaduais, qualquer que seja a modalidade de trabalho, deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente.

Parágrafo único - A inobservância do disposto no caput deste artigo obrigará o Estado da Paraíba ao pagamento automático da correção monetária devidamente corrigida pelo índice de variação estabelecida na Lei Federal No. 8.030, de 12 de abril de 1990, ou por outro que vier a lhe substituir.

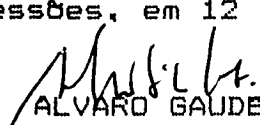
Art. 2o. - O disposto nesta Lei aplica-se:

I - Aos vencimentos, soldos e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores públicos, civis e militares, da Administração Pública Estadual, direta e autárquica, bem assim aos respectivos proventos de aposentadoria e as pensões de seus beneficiários;

II - Aos salários e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores das Fundações e Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado da Paraíba.

Art. 3o. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1991.


ALVARO GAUDENCIO NETO
Deputado Estadual

(Justificativa em anexo)

JUSTIFICATIVA

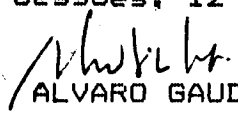
A economia brasileira não passa por um período de estabilidade. Ao contrário, a inflação, por sucessivos Governos, ainda não foi domada; teima em resistir aos mais variados planos que procuram combatê-la e reduzi-la a um patamar suportável.

A instabilidade referida repercute diretamente nos salários e na remuneração dos empregados, seja do setor privado, seja do setor público. Em relação ao setor privado, já existe lei e instruções normativas que garantem a atualização da remuneração ou salários pagos aos empregados. Porém, quanto aos servidores públicos do Estado, essa garantia de irredutibilidade de vencimentos, na prática, não acontece. O que se observa é o Governo do Estado e outros setores da Administração Direta ou Descentralizada, atrasarem a remuneração dos servidores, em algumas ocasiões, em até três meses ou mais. Desta forma, ao se proceder o pagamento dos vencimentos eles, via de regra, estão defasados em relação ao custo de vida.

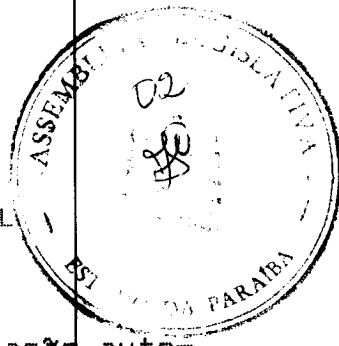
Em assim sendo, os prejuízos para os servidores públicos são irreversíveis, especialmente quando se observa que o caráter remuneratório tem, nos dias de hoje, destinação de alimentos, ou seja, presta-se a cobrir despesas com educação, saúde, alimentos propriamente ditos, transporte, lazer, vestuário, etc. Esses itens, necessários ao bom viver, sobem de preço cotidianamente, enquanto que os salários não acompanham a ciranda dos preços.

O fato, mais recentemente, tornou-se um problema social. Tanto assim é que a Justiça, cada vez mais e mais, está sendo procurada para determinar que se pague os salários e as remunerações, quando em atraso, com a devida correção, ou seja, atualizados pelo índice oficial do Governo. Quando esses fatos passam a se tornar comuns, há absoluta necessidade de se editar lei regulamentando-os. É o objetivo do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1991.


ALVARO GAUDENCIO NETO
Deputado Estadual

ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio



PROJETO DE LEI No. 203 / 91
(Do Dep. ALVARO GAUDENCIO NETO)

Recebido em Plenário

Em 12/12/91

PRESIDENTE

Dispõe sobre a atualização automática de salários atrasados de servidores públicos e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decreta:

Art. 1o. - O pagamento da remuneração dos servidores públicos estaduais, qualquer que seja a modalidade de trabalho, deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente.

Parágrafo único - A inobservância do disposto no caput deste artigo obrigará o Estado da Paraíba ao pagamento automático da correção monetária devidamente corrigida pelo índice da variação estabelecida na Lei Federal No. 8.030, de 12 de abril de 1990, ou por outro que vier a lhe substituir.

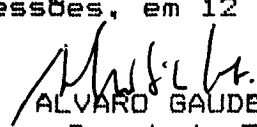
Art. 2o. - O disposto nesta Lei aplica-se:

I - Aos vencimentos, soldos e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores públicos, civis e militares, da Administração Pública Estadual, direta e autárquica, bem assim aos respectivos proventos de aposentadoria e as pensões de seus beneficiários;

II - Aos salários e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores das Fundações e Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado da Paraíba.

Art. 3o. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1991.


ALVARO GAUDENCIO NETO
Deputado Estadual

(Justificativa em anexo)

JUSTIFICATIVA

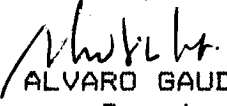
A economia brasileira não passa por um período de estabilidade. Ao contrário, a inflação, por sucessivos Governos, ainda não foi domada; teima em resistir aos mais variados planos que procuram combatê-la e reduzi-la a um patamar suportável.

A instabilidade referida repercute diretamente nos salários e na remuneração dos empregados, seja do setor privado, seja do setor público. Em relação ao setor privado, já existe lei e instruções normativas que garantem a atualização da remuneração ou salários pagos aos empregados. Porém, quanto aos servidores públicos do Estado, essa garantia de irredutibilidade de vencimentos, na prática, não acontece. O que se observa é o Governo do Estado e outros setores da Administração Direta ou Descentralizada, atrasarem a remuneração dos servidores, em algumas ocasiões, em até três meses ou mais. Desta forma, ao se proceder o pagamento dos vencimentos eles, via de regra, estão defasados em relação ao custo de vida.

Em assim sendo, os prejuízos para os servidores públicos são irreversíveis, especialmente quando se observa que o caráter remuneratório tem, nos dias de hoje, destinação de alimentos, ou seja, presta-se a cobrir despesas com educação, saúde, alimentos propriamente ditos, transporte, lazer, vestuário, etc. Esses itens, necessários ao bom viver, sobem de preço cotidianamente, enquanto que os salários não acompanham a ciranda dos preços.

O fato, mais recentemente, tornou-se um problema social. Tanto assim é que a Justiça, cada vez mais e mais, está sendo procurada para determinar que se pague os salários e as remunerações, quando em atraso, com a devida correção, ou seja, atualizados pelo índice oficial do Governo. Quando esses fatos passam a se tornar comuns, há absoluta necessidade de se editar lei regulamentando-os. E o objetivo do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1991.


ALVARO GAUDENCIO NETO
Deputado Estadual

Art. 23. São cancelados os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, de responsabilidade das entidades que vierem a ser extintas ou dissolvidas em virtude do disposto nesta Lei.

Art. 24. Os servidores em exercício nas autarquias e fundações extintas nos termos desta Lei, que não sejam aproveitados nas entidades que incorporaram as suas atribuições, serão colocados em disponibilidade, observado o disposto na Lei que resultou da conversão da Medida Provisória n. 150/90.

Art. 25. (Vetado).

Art. 26. (Vetado).

Art. 27. É o Poder Executivo autorizado a adaptar os estatutos do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, às alterações decorrentes do disposto, respectivamente, nos artigos 12 e 13, as quais serão averbadas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 28. O Adicional de Tarifa Portuária — ATP, a que se refere a Lei n. 7.700 (15), de 21 de dezembro de 1988, passa a ser recolhido como receita vinculada da União, de acordo com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n. 1.755 (16), de 7 de dezembro de 1979, e aplicado o produto de sua arrecadação em programas aprovados no orçamento anual para o Ministério da Infra-Estrutura.

Art. 29. O Conselho de Governo propará o Programa Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa e o Programa Nacional de Alfabetização, a serem submetidos ao Congresso Nacional.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se o Decreto-Lei n. 2.421 (17), de 29 de março de 1983, o artigo 5.º da Lei n. 4.513 de 1.º de dezembro de 1964, e as demais disposições em contrário.

Fernando Collor — Presidente da República.

Bernardo Cabral.

(15) Leg. Fed., 1988, pág. 1.073; (16) 1979, pág. 1.071; (17) 1988, pág. 204.

(*) LEI N. 8.030 — DE 12 DE ABRIL DE 1990

Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam vetados, por tempo indeterminado, a partir da data de publicação da Medida Provisória n. 154 (1), de 15 de março de 1990, quaisquer reajustes de preços de mercadorias e serviços em geral, sem a prévia autorização em portaria do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

(*) Nota da Redação: Publicada de acordo com retificação feita no "Diário Oficial" de 17 de abril de 1990.

(1) Leg. Fed., 1990, pág. 322.

Art. 2.º O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento estabelecerá, em ato publicado no "Diário Oficial" da União:

I — no 1.º (primeiro) dia útil de cada mês, a partir do dia 1.º de maio de 1990, o percentual de reajuste máximo mensal dos preços autorizados para as mercadorias e serviços em geral;

II — no 1.º (primeiro) dia útil, após o dia 15 (quinze) de cada mês, a partir do dia 15 de abril de 1990, o percentual de reajuste mínimo mensal para os salários em geral, bem assim para o salário mínimo;

III — no 1.º (primeiro) dia útil, após o dia 15 (quinze) de cada mês, a partir de 15 de abril de 1990, a meta para o percentual de variação média dos preços durante os 30 (trinta) dias contados a partir do 1.º (primeiro) dia do mês em curso.

§ 1.º O percentual de reajuste salarial mínimo mensal estabelecido neste artigo será válido para o ajuste das remunerações relativas ao trabalho prestado no mês em curso.

§ 2.º Os percentuais de reajuste máximo para os preços de mercadorias e serviços em geral terão como referência os 30 (trinta) dias posteriores à data de sua divulgação pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, observado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre os reajustes.

§ 3.º O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento deliberará sobre os pedidos de reajustes, em caráter extraordinário, de preços específicos, desde que não seja comprometida a meta estabelecida para a variação média dos preços a que se refere o inciso III.

§ 4.º A restrição a que se refere o parágrafo anterior não se aplica aos reajustes de preços autorizados até 30 de abril de 1990.

§ 5.º O percentual a que se refere o item II nunca será inferior ao que se refere o item III, do "caput", deste artigo.

§ 6.º O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento solicitará à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE ou a instituição de pesquisa de notória especialização, o cálculo de índices de preços apropriados à medição da variação média dos preços relativa aos períodos correspondentes à metas a que se refere o inciso III.

Art. 3.º Aumentos salariais, além do reajuste mínimo a que se refere o artigo 2.º, poderão ser livremente negociados entre as partes, mas não serão considerados na deliberação do ajuste de preços, de que trata o § 3.º do mesmo artigo.

§ 1.º (Vetado).

§ 2.º Os aumentos salariais relativos ao "caput" deste artigo aplicam-se, também, aos diaristas, horistas e trabalhadores avulsos.

Art. 4.º O descumprimento dos limites de reajustes de preços e salários estabelecidos nos artigos 1.º e 2.º constitui crime de abuso do poder econômico, a ser definido em lei.

Art. 5.º A partir de 1.º de abril de 1990, o salário mínimo será reajustado, automaticamente, sempre que a variação acumulada dos reajustes mensais dos salários for inferior à variação acumulada dos preços de uma cesta de produtos, onde estarão contemplados a alimentação, higiene, saúde e serviços básicos, que incluem tarifas públicas e transportes, a ser definida em portaria do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, acrescida de um percentual de incremento real.



Parágrafo único. Os percentuais de reajuste automático, referidos no "caput", que serão iguais à variação acumulada dos preços da mencionada cesta básica, aplicar-se-ão sobre o salário de junho de 1990, e, posteriormente, a cada bimestre, deduzidos os aumentos mensais de que trata o inciso II do artigo 2.º, sendo que os incrementos reais deste serão de 5% (cinco por cento) no salário de junho de 1990 e de 6,09% (seis inteiros e nove centésimos por cento), a partir de agosto de 1990, inclusive, e a cada bimestre.

Art. 6.º (Vetado).

Art. 7.º Os reajustes de aluguéis residenciais previstos nos contratos de locação de imóveis, em geral, serão efetuados, a partir de 1.º de abril de 1990, de acordo com o percentual de variação média dos preços de que trata o inciso III do artigo 2.º.

Parágrafo único. Nos aluguéis residenciais contratados até a data de publicação desta Lei, o cálculo do respectivo reajuste terá por base os índices pactuados, relativos aos meses anteriores a abril de 1990, estabelecidos na conformidade da legislação pertinente, exceção feita ao mês de março que terá seu índice fixado pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 8.º Os reajustes de mensalidades escolares devidas a partir de 1.º de abril de 1990 serão calculados de acordo com os percentuais de reajuste mínimo dos salários de que trata o inciso II do artigo 2.º.

Art. 9.º O disposto nesta Lei aplica-se:

I — aos vencimentos, soldos e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores públicos, civis e militares, da Administração Pública Federal, Direta e Autárquica, bem assim aos respectivos proventos de aposentadoria e às pensões de seus beneficiários;

II — aos salários e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores de fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União e Distrito Federal;

III — aos proventos de aposentadoria e às pensões pagas pela Previdência Social, observado o disposto no artigo 5.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 10. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento baixará os atos que forem necessários à execução desta Lei.

Art. 11. (Vetado).

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. (Vetado).

Art. 14. Ficam revogados o Decreto-Lei n. 808 (2), de 4 de setembro de 1969, a Lei n. 7.769 (3), de 26 de maio de 1989, a Lei n. 7.788 (4), de 3 de julho de 1989, e o artigo 2.º da Lei n. 7.789 (5), de 3 de julho de 1989, e as demais disposições em contrário.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fernando Collor — Presidente da República.

Bernardo Cabral.

Zélia M. Cardoso de Mello.

(2) Leg. Fed., 1967, pág. 1.240; (3) 1989, pág. 328; (4) 1989, pág. 464; (5) 1989, pág. 465.

Art. 23. São cancelados os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, de responsabilidade das entidades que vierem a ser extintas ou dissolvidas em virtude do disposto nesta Lei.

Art. 24. Os servidores em exercício nas autarquias e fundações extintas nos termos desta Lei, que não sejam aproveitados nas entidades que incorporaram as suas atribuições, serão colocados em disponibilidade, observado o disposto na Lei que resultou da conversão da Medida Provisória n. 150/90.

Art. 25. (Vetado).

Art. 26. (Vetado).

Art. 27. É o Poder Executivo autorizado a adaptar os estatutos do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, às alterações decorrentes do disposto, respectivamente, nos artigos 12 e 13, as quais serão averbadas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 28. O Adicional de Tarifa Portuária — ATP, a que se refere a Lei n. 7.700 (15), de 21 de dezembro de 1988, passa a ser recolhido como receita vinculada da União, de acordo com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n. 1.755 (*), de 7 de dezembro de 1979, e aplicado o produto de sua arrecadação em programas aprovados no orçamento anual para o Ministério da Infra-Estrutura.

Art. 29. O Conselho de Governo proporá o Programa Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa e o Programa Nacional de Alfabetização, a serem submetidos ao Congresso Nacional.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se o Decreto-Lei n. 2.421 (17), de 29 de março de 1988, o artigo 5.º da Lei n. 4.513 de 1.º de dezembro de 1964, e as demais disposições em contrário.

Fernando Collor — Presidente da República.

Bernardo Cabral.

(15) Leg. Fed., 1988, pág. 1.073; (16) 1979, pág. 1.071; (17) 1988, pág. 204.

(*) LEI N. 8.030 — DE 12 DE ABRIL DE 1990

Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam vedados, por tempo indeterminado, a partir da data de publicação da Medida Provisória n. 154 (1), de 15 de março de 1990, quaisquer reajustes de preços de mercadorias e serviços em geral, sem a prévia autorização em Portaria do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

(*) Nota da Redação: Publicada de acordo com retificação feita no "Diário Oficial" de 17 de abril de 1990.

(1) Leg. Fed., 1990, pág. 322.

Art. 2.º O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento estabelecerá, em ato publicado no "Diário Oficial" da União:

I — no 1.º (primeiro) dia útil de cada mês, a partir do dia 1.º de maio de 1990, o percentual de reajuste máximo mensal dos preços autorizados para as mercadorias e serviços em geral;

II — no 1.º (primeiro) dia útil, após o dia 15 (quinze) de cada mês, a partir do dia 15 de abril de 1990, o percentual de reajuste mínimo mensal para os salários em geral, bem assim para o salário mínimo;

III — no 1.º (primeiro) dia útil, após o dia 15 (quinze) de cada mês, a partir de 15 de abril de 1990, a meta para o percentual de variação média dos preços durante os 30 (trinta) dias contados a partir do 1.º (primeiro) dia do mês em curso.

§ 1.º O percentual de reajuste salarial mínimo mensal estabelecido neste artigo será válido para o ajuste das remunerações relativas ao trabalho prestado no mês em curso.

§ 2.º Os percentuais de reajuste máximo para os preços de mercadorias e serviços em geral terão como referência os 30 (trinta) dias posteriores à data de sua divulgação pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, observado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre os reajustes.

§ 3.º O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento deliberará sobre os pedidos de reajustes, em caráter extraordinário, de preços específicos, desde que não seja comprometida a meta estabelecida para a variação média dos preços a que se refere o inciso III.

§ 4.º A restrição a que se refere o parágrafo anterior não se aplica aos reajustes de preços autorizados até 30 de abril de 1990.

§ 5.º O percentual a que se refere o item II nunca será inferior ao que se refere o item III, do "caput", deste artigo.

§ 6.º O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento solicitará à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE ou a instituição de pesquisa de notória especialização, o cálculo de índices de preços apropriados à medida da variação média dos preços relativa aos períodos correspondentes à meta a que se refere o inciso III.

Art. 3.º Aumentos salariais, além do reajuste mínimo a que se refere o artigo 2.º, poderão ser livremente negociados entre as partes, mas não serão considerados na deliberação do ajuste de preços, de que trata o § 3.º do mesmo artigo.

§ 1.º (Vetado).

§ 2.º Os aumentos salariais relativos ao "caput" deste artigo aplicam-se, também, aos diaristas, horistas e trabalhadores avulsos.

Art. 4.º O descumprimento dos limites de reajustes de preços e salários estabelecidos nos artigos 1.º e 2.º constitui crime de abuso do poder econômico, a ser definido em lei.

Art. 5.º A partir de 1.º de abril de 1990, o salário mínimo será reajustado, automaticamente, sempre que a variação acumulada dos reajustes mensais dos salários for inferior à variação acumulada dos preços de uma cesta de produtos, onde estarão contemplados a alimentação, higiene, saúde e serviços básicos, que incluem tarifas públicas e transportes, a ser definida em Portaria do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, acrescida de um percentual de incremento real.

Parágrafo único. Os percentuais de reajuste automático, referidos no "caput", que serão iguais à variação acumulada dos preços da mencionada cesta básica, aplicar-se-ão sobre o salário de junho de 1990, e, posteriormente, a cada bimestre, deduzidos os aumentos mensais de que trata o inciso II do artigo 2.º, sendo que os incrementos reais deste serão de 5% (cinco por cento) no salário de junho de 1990 e de 6,09% (seis inteiros e nove centésimos por cento), a partir de agosto de 1990, inclusive, e a cada bimestre.

Art. 6.º (Vetado).

Art. 7.º Os reajustes de aluguéis residenciais previstos nos contratos de locação de imóveis, em geral, serão efetuados, a partir de 1.º de abril de 1990, de acordo com o percentual de variação média dos preços de que trata o inciso III do artigo 2.º.

Parágrafo único. Nos aluguéis residenciais contratados até a data de publicação desta Lei, o cálculo do respectivo reajuste terá por base os índices pactuados, relativos aos meses anteriores a abril de 1990, estabelecidos na conformidade da legislação pertinente, exceção feita ao mês de março que terá seu índice fixado pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 8.º Os reajustes de mensalidades escolares devidas a partir de 1.º de abril de 1990 serão calculados de acordo com os percentuais de reajuste mínimo dos salários de que trata o inciso II do artigo 2.º.

Art. 9.º O disposto nesta Lei aplica-se:

I — aos vencimentos, soldos e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores públicos, civis e militares, da Administração Pública Federal, Direta e Autárquica, bem assim aos respectivos proventos de aposentadoria e às pensões de seus beneficiários;

II — aos salários e demais remunerações e vantagens pecuniárias dos servidores de fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União e Distrito Federal;

III — aos proventos de aposentadoria e às pensões pagas pela Previdência Social, observado o disposto no artigo 5.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 10. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento baixará os atos que forem necessários à execução desta Lei.

Art. 11. (Vetado).

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. (Vetado).

Art. 14. Ficam revogados o Decreto-Lei n. 808 (2), de 4 de setembro de 1969, a Lei n. 7.769 (3), de 26 de maio de 1989, a Lei n. 7.788 (4), de 3 de julho de 1989, e o artigo 2.º da Lei n. 7.789 (5), de 3 de julho de 1989, e as demais disposições em contrário.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fernando Collor — Presidente da República.

Bernardo Cabral.

Zélia M. Cardoso de Mello.





Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 203 Sob Nº 203/91

EM, 12 / 12 / 91
Epitácio Pessoa

Publicado no Diário do poder
Legislativo do Dia 1 / 1 /
de 19 91.

EM 1 / 1 / 19 91

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em 12 / 12 / 91
Epitácio Pessoa
Diretor da Ass. ao Plenário

1
A Cam de Conf, Lupa e
fati co
E 12/XII/91
J. J. J.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Projeto de Lei nº 203/91.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA
DE SALÁRIOS ATRASADOS DE SERVIDORES
PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Dep. Álvaro Gaudêncio Neto.

Relator: Dep. Gilvan Freire.

P A R E C E R

I - RELATÓRIO.

Intenta o nobre Dep. Álvaro Gaudêncio Neto, via Projeto de Lei nº 203/91, dispor sobre a atualização automática de salários atrasados de servidores públicos.

É o relatório.

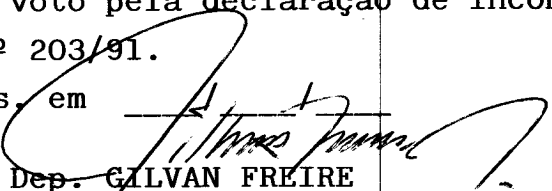
II - VOTO DO RELATOR.

A presente proposição, no que pese a boa intenção do nobre parlamentar, é manifestamente inconstitucional, sob os aspectos formais e materiais.

Com efeito, a matéria disposta neste projeto de veria ter sido inserida na Lei Complementar nº 11, de 11 de setembro de 1991, legislação esta, que trata da política salarial do Servidor Público, em obediência ao art. 38, da Constituição Estadual, com iniciativa privativa do Governador do Estado.

Nestas condições, voto pela declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 203/91.

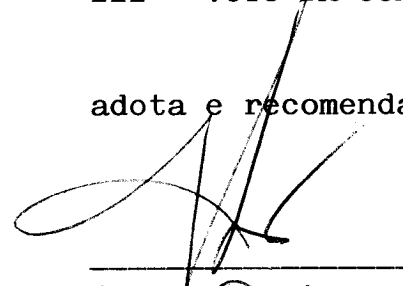
Sala das Comissões, em

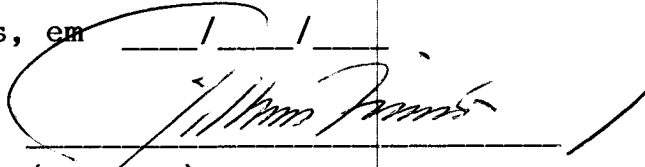

Dep. GILVAN FREIRE
(Relator)

III - VOTO DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação adota e recomenda o parecer do Sr. Relator.

Sala das Comissões, em


(Presidente)


(Relator)

VOTO CONTRÁRIO AO
PARECER.
29/04/92
